



# **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SARDOAL**

**ATA Nº 3/2018**

**SESSÃO ORDINÁRIA**

**27 DE JUNHO DE 2018**

**PRESIDENTE:** Miguel Jorge Andrade Pita Mora Alves

**1º SECRETÁRIO:** Alcina Manuela Batista Pinto C. Almeida

**2º SECRETÁRIO:** José Esteves

Aos vinte e sete dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito pelas vinte horas, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Sardoal, no Sala Polivalente do Centro Cultural Gil Vicente, em Sardoal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

**Período Antes da Ordem do Dia**

**Ordem de Trabalhos**

1. Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea c) do nro. 2 do artigo 25º, da Lei nro. 75/ 2013, de 12 de setembro;
2. Revisão Orçamental;
3. Defesa da Floresta Contra Incêndios – ponto da situação.

**Intervenção do Público**

Seguidamente procedeu-se à chamada, tendo-se verificado a presença dos seguintes deputados da Assembleia: -----

Miguel Jorge Andrade Pita Mora Alves, Fernando Cascalheira Vasco, Joaquim António Lopes Serras, José Fernando Amaro Esteves, Adérito Miguel Gaspar Garcia, Joana Marcos Barroso Ramos, César Filipe Gonçalves Marques, Anacleto da Silva Batista, Maria Manuela da Conceição Ferreira, Alcina Manuel Batista Pinto Cardoso Almeida, Victor Júlio Outeiro Morais, Francisco da Silva António, Luis António Rodrigues Salgueiro, Aníbal Lobato, Miguel Afonso Catalão Alves, Paulo José Casola Pedro, António Pereira Fernandes, Jorge Nuno Lourenço da Silva Pina. Estiveram presentes os Senhores Presidente da Câmara e Vereadores. -----

Não estiveram presentes os Senhores deputado Rui Manuel Lourenço Valente, e Vice-presidente da Câmara Jorge Gaspar, que antecipadamente justificaram as suas faltas. -----

Posta a votação a ata da anterior sessão a mesma foi aprovada por unanimidade com dezasseis votos a favor. -----

**Período Antes da Ordem do Dia**

Tomou a palavra a Senhora deputada Joana Ramos questionando sobre a situação do Eucalipto, quanto tempo se prevê que dure o corte e se existe algum risco para a população, ao que o Senhor Presidente da Câmara respondeu ter havido uma queda de uma pernada e procedeu-se à intervenção na árvore, com acompanhamento do ICNF dado que é uma árvore classificada e como tal terão de ser feitas mais intervenções, mais aprofundadas, dado existir um desequilíbrio na estabilidade da árvore, nada de grave ou de grande importância, mas é algo que tem de ser corrigido, mas só quando a

empresa tiver disponibilidade e durará cerca de quinze dias. Após isso, será reaberto trânsito, a passageiros e viaturas, encontrando-se fechado por uma questão preventiva.-----

Interveio o Senhor deputado Miguel Alves referindo-se ao Eucalipto, disse que, uma vez que a árvore é classificada e tão antiga, foi-lhe dito que uns dias antes, tinha estado no jardim do eucalipto alguns miúdos deitados na relva, questionando se não seria possível fazer uma proteção, por segurança, uma vez que a árvore está a ser intervencionada, para salvaguardar a defesa das crianças, dado que muitos quando saem da escola passam por detrás do Eucalipto. O Senhor Presidente da Câmara informou que existe um perímetro de segurança, definido na rua e na zona do jardim, para que as pessoas não passem. -----

O Senhor deputado Miguel Alves felicitou o grupo Desportivo de Alcaravela porque atingiu a final B do Campeonato da Inatel, e que projeta sempre o nome do concelho. Felicitou também a Universidade Sénior de Sardoal, é o segundo ano da festa de encerramento, e as mesmas têm vindo em crescendo. Chamou a atenção para o arraial da FUS que esta a decorrer, sendo que o dia seguinte seria o ultimo, e há muita gente naquela mesa que não tem visto ultimamente a acompanhar estas associações e além de direitos também têm deveres morais de participar nestas atividades, porque as associações merecem. -----

Felicitou a Fábrica da Igreja que se encontra a fazer uma candidatura ao Programa Valorizar, esperando e ansiando que seja deferido, tendo a Junta de Freguesia de Sardoal feito uma carta conforto a apoiar essa candidatura.-----

Questionou sobre a questão de regularização da situação dos precários, se a piscina descoberta não fecha este ano na hora do almoço. -----

Sobre o caso do BCP questionou se sabe se o banco já saiu de vez do Sardoal, dado nunca mais ter visto o BCP na Loja do Cidadão. O BCP abandonou o Sardoal, tendo sido tapado o sol com a peneira, pois disseram que ficavam na loja do cidadão, que ajudavam as pessoas, que recebiam os depósitos e afinal, já se foram embora e as pessoas se quiserem depositar ou fazer qualquer outro movimento, têm de ir a Abrantes.-----

Continuou, fazendo referência ao Vale da Amarela, sabendo que é repetitivo, mas aquele local está muito mal, cheio de buracos. Sabe que existe uma candidatura, um projeto para alcatroar aquela estrada.-----

Tomou a palavra o Senhor Presidente referindo que sobre a Igreja e a Igreja Matriz, tem sido um trabalho conjunto de grande procura entre a Câmara Municipal e a Fabrica da Igreja, em parceria tem-se desenvolvido esforços, esta é uma oportunidade entre muitas, que se gostaria de ver realizadas. Procurou-se financiamento em vários sítios, a Câmara como parceira no âmbito do turismo religioso, da fé e da religiosidade irá ver-se o que se consegue fazer em conjunto. Também se está a tentar que, através do Pacto com a CCDR, se consiga, visto não se ter conseguido o financiamento na primeira fase, porque os financiamentos eram só para monumentos nacionais, mas que nesta segunda fase se possa incluir a Igreja Matriz e outros monumentos que o Sardoal tem, nomeadamente o pórtico da Igreja da Misericórdia, assim como algumas capelas que fazem parte do património e precisam de intervenção. -----

Sobre a situação dos precários, referiu já se ter falado sobre o assunto e a questão de abrir ou fechar a piscina nada tem a ver com os precários, mas sim com boa gestão, a qual se faz com eficiência e eficácia. Se se abre a piscina com dois funcionários, para se ter só duas pessoas, como já aconteceu, é um prejuízo muito grande, é uma questão de custo/ benefício o qual é fundamental na lógica da boa gestão. O abrir a piscina à hora do almoço, garantiu ser um erro pois já foi testado, e as pessoas não ficam lá ou ficam duas ou três, muito raramente e a Câmara não faz questão de votar a abrir aquele espaço à hora do almoço, por ser um erro de gestão. -----

Sobre o BCP o que foi dito foi que naquele tempo em que ali estiveram, não houve qualquer cliente que lá tivesse ido e como tal não justificava a sua presença naquele espaço. Esta é uma questão interna daquela empresa. -----

Sobre o Vale da Amarela referiu estar prevista para aquela semana uma intervenção naquele caminho, não de fundo, porque não é prioridade da Autarquia, mas garantir que ali se possa passar com o mínimo de comodidade. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Francisco António dizendo o seguinte: *“Nesta minha primeira intervenção, venho solicitar ao Sr. Presidente do Município, informação sobre o que está projectado relativamente ao mau estado das estradas e arruamentos na Freguesia de Santiago de Montalegre, de uma forma geral, mas mais concretamente nas localidades de Mógão e Montalegre.*

*Sempre foi aqui dito que nesta e noutras matérias, derivado às poucas disponibilidades financeiras, haveria sempre a necessidade de se acorrer às prioridades; Foi o que, de facto, foi feito até agora e, em minha opinião muito bem.*

*No entanto, penso ter chegado a altura, e dado o estado lastimoso em que se encontram os arruamentos referidos, de serem considerados, também eles, uma prioridade e que urge sanar.*

*Eu sei que para algumas pessoas que se encontram nesta sala e que tanto falam em prioridades, Santiago de Montalegre nunca será uma prioridade, isto até porque até foi esquecida no ultimo acto eleitoral, como se não existisse, e portanto não fará parte dessas prioridades.*

*No entanto penso que V.Ex<sup>a</sup>, e o executivo que dirige, estarão certamente empenhados na resolução desta situação, no mais curto espaço de tempo possível, pelo que gostaria que esta Assembleia tivesse conhecimento do actual ponto da situação.”*

*O Senhor deputado continuou referindo-se à Semana Santa e disse o seguinte: “Como é sobejamente conhecido, todo o cerimonial da Semana Santa no Sardoal, é particularmente exuberante e bonito, sobressaindo os tapetes de flores, cuidadosamente elaborados por grupos de pessoas que, ano após ano, fazem questão de os construir à base de flores e verduras naturais com desenhos alusivos à Semana Santa e à Paixão de Cristo.*

*A criatividade e toda a beleza que envolvem estes tapetes, são reconhecidos por quem nos visita, sendo considerados autenticas obras de arte.*

*O longínquo Município de Caminha, tendo conhecimento do real valor artístico nos nossos tapetes, convidou o nosso Município para elaborar um Tapete de Flores, no âmbito dos festejos do Corpo de Deus, em Caminha.*

*O evento decorreu no dia 31 de Maio, e o Sardoal esteve presente, com alguns Sardoalenses a construir um tapete, com cerca de 80 metros de comprimento e 8 metros de largura, em frente aos Paços do Concelho de Caminha; Uma autentica obra de arte que muito me apraz aqui registar.*

*Sabendo-se que as Festas do Corpo de Deus, organizadas pelo Arciprestado de Caminha, constituem anualmente uma forte atracção turística, atraindo milhares de pessoas, principalmente para apreciarem os tapetes de flores que adornam o chão das ruas daquela localidade. O tapete do Sardoal, largamente visitado e apreciado, foi apresentado nas redes sociais, e correu mundo, motivo que orgulha e engrandece o nosso concelho.*

*Assim sendo, o honroso convite que nos foi formulado, e o brilhante trabalho que foi desenvolvido, e que mais uma vez deu a conhecer uma das tradições seculares que ornamentam as Igrejas e Capelas do Concelho, durante Semana Santa, deve merecer o maior apreço por parte desta Assembleia*

*Municipal, pelo que proponho a V.Ex<sup>a</sup> Senhor Presidente, um voto publico de agradecimento aos Sardoalenses envolvidos.” -----*

Interveio o Senhor Presidente da Câmara referindo que o executivo tem consciência do estado das estradas em Mógão e na Freguesia de Santiago de Montalegre e encontra-se a trabalhar nesse sentido de o mais breve possível poder-se intervir nessa estrada. Não é um processo simples, não é com fundos comunitários e é preciso ter-se disponibilidade em termos de capacidade de endividamento para se poder intervir, assim como se fez em Valhascos, Panascos e Casos Novos. -----

Sobre os tapetes só disse que foi com grande satisfação que se recebeu o convite da Câmara Municipal de Caminha, tendo existido um grupo de treze pessoas que foi ao norte para fazer aquele trabalho fantástico, tendo sido o resultado final brilhante.-----

Tomou a palavra o Senhor deputado Fernando Vasco referindo-se ao 25 de abril, dado não ter estado presente na última sessão, mas para si, é um tema que se pode falar em qualquer reunião. -----

Referiu, principalmente para recordar aos mais novos, que antes do 25 de abril existia um regime ditatorial, com uma governalização total, com uma não separação de poderes entre os diversos órgãos, entre os tribunais, a Assembleia Nacional e a Câmara cooperativa, entre o próprio governo, ou seja, algo diferente do que se passa hoje em dia. Existia também a polícia política para quem era contrario ao regime, quem tinha opiniões diferentes dos que estavam no governo e que eram presos e tinham também a legião portuguesa que tinha assentos em todo o país e que era uma força de choque do regime. Existia também a guerra colonial, os mais velhos, muitos, passaram por ela e sofreram com as amarguras da mesma. As pessoas não eram livre de dizer o que pensavam e existia a censura que não deixava que os órgãos de informação publicassem o que era verdade, quer em Portugal, quer no estrangeiro. Havia uma ausência de liberdade de reunião e de associação, não se podiam formar associações e se se formavam era devido a aspetos que tinha a ver com algo que o próprio regime fomentava. Não existiam partidos políticos. Em 1969 e 1973 houve grupos de cidadãos que se formaram numa tentativa de transmitir algo diferente do regime. Havia uma repressão e uma prisão por delito de opinião. Depois do 25 de abril, existe democracia, pode dizer-se o que se pensa, com respeito pelo outro, mas as pessoas têm as suas opiniões, sem receio que exista uma brigada da pida ou da legião, que a seguir prenda as pessoas pelas opiniões transmitidas. Existe liberdade. Construiu-se um serviço nacional de saúde, o que possibilitou que os índices e os rácios de mortalidade, por exemplo a infantil, tenha diminuído. Existe uma escola pública, de acesso a todos. Deu-se a integração na União

européia, devido ao conjunto de valores que a mesma tinha e que ajudou ao desenvolvimento do país, muitos foram os fundos que ajudaram na agricultura, na saúde, em todos os meios e ainda hoje, quando se fala em grandes obras, fala-se na União Europeia, nos fundos comunitários, o que só foi possível devido ao 25 de abril. O Poder Local não existia e passou a existir, através da Constituição aprovada em 1976. -----

Fez referência ao Sardoal, antes e depois, os mais velhos recordam-se certamente das pessoas que iam com um cântaro à fonte buscar água, das candeias de azeite, dos caminhos de carroças, da pobreza e do analfabetismo. Havia ausência de saneamento básico, depois do 25 de abril, muita coisa mudou, houve a distribuição de água canalizada, apareceu a eletricidade, a reconstrução de novos caminhos e estradas alcatroadas, a criação de associações de moradores, em quase todas as aldeias, deram um grande incremento ao desenvolvimento dessas aldeias, com um caráter muito grande no aspeto reivindicativo junto das instituições, quer das juntas de freguesia, quer das Câmaras Municipais. Chegou o Serviço Nacional de Saúde e as escolas públicas. A saúde e educação para todos, dentro dos limites possíveis. Criou-se uma habitação social condigna, assim como estruturas de tratamento de águas residuais, as Etars, nomeadamente de Andreus e Valhascos, que se encontram deterioradas, por serem tão antigas e que urge alterar todo o sistema estrutural, criando novas, fazendo algo de maneira a que consiga retificar essa situação. Houve alargamento da rede de esgotos e também uma preocupação pela defesa e conservação do património público, recordando a Casa dos Almeidas, comprado pela Câmara para que pudesse ser preservado esse património e infelizmente todos sabem o que está a acontecer. -----

Referiu que muito caminho se percorreu e ainda há muito para percorrer. Muitas pessoas confundem o 25 de abril de 1974 e a quase unanimidade nacional que ele atinge, com outras datas de episódios ocorridos após de 24 de abril de 1974, os quais traduziram em lutas de fações pela conquista do poder, como o 28 de setembro de 1974, o 1 de março de 1975 ou o 25 de novembro de 1975. -----

Para si, esta confusão de alguns, deliberada, resulta no seu entender, numa tentativa de desvalorizar o 25 de abril e tudo o que ele representa. Viver abril, em 2018, no Sardoal, 44 anos depois da revolução, significa continuar a lutar no executivo ou na oposição por cumprir abril e, cumprir abril significa continuar a lutar pelo desenvolvimento económico do território, pela consolidação dos direitos dos munícipes, pelo direito à saúde, à educação, pelo direito a uma velhice condigna, à habitação, pela

defesa do património histórico e cultural, à defesa da legalidade em todos os atos praticados, sobre a disposição dos bens públicos, pelo direito ao ambiente. -----

Viver abril no Sardoal, em 2018, é em síntese, lutar por uma melhor e adequada coesão social e segurança a todos os sardoalenses e por uma política de investimento que permita a criação de riqueza que seja o sustentáculo de uma melhor distribuição e em condições para a sustentabilidade de um Sardoal com futuro. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Luis Salgueiro, referindo-se à importância das jornadas do associativismo, que decorreram no dia 28 de abril em Sardoal em que estiveram presentes inúmeras associações do concelho e salientando também a presença de associações de concelhos vizinhos onde além da importante estratégica e formação apresentada foi gratificante a troca de experiências e conhecimentos nas mais variadas vertentes. Mencionou a clareza e os procedimentos utilizados nas candidaturas para os protocolos que foram assinados com as associações para que exista um apoio financeiro e uma sintonia entre todas as mais variadas áreas com espírito de entre ajuda como poucos concelhos têm.-----

Interveio a Senhora deputada Joana Ramos manifestando o seu desagrado pelas palavras do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sardoal, quando disse que alguns deputados não marcam presença nas festas associativas. A si, não se lhe enfia a carapuça diretamente porque até participa ativamente na medida da sua disponibilidade referindo ainda que há associações que trabalham, e não vendem cerveja nem bifanas, ativamente, muitas vezes na sombra e por vezes impossibilita que se esteja presente em algumas ocasiões com mais visibilidade e não têm menos trabalho. Todas merecem apoio e respeito.-----

Interveio o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sardoal referindo que o que quis dizer foi que o arraial da FUS não é um dia, são muitos. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Aderito Garcia chamando a atenção à mesa para o envio das atas que não são enviadas atempadamente. -----

Fez referência aos arruamentos em Mógão e Santiago de Montalegre, assunto que tem sido falado, nomeadamente os vereadores do PS têm sido portadores dessa mensagem na Câmara Municipal. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo que os arruamentos estão no Plano de Atividades da Autarquia, apesar de nem todos terem aprovado o documento. É importante perceber que a manta é curta e quando assim é tem de se estabelecer prioridades e para se gerir uma Câmara



Municipal como a do Sardoal é preciso fazer contas todos os dias para se fazer a obra como se faz e apresentar resultados como os apresentados na última Assembleia Municipal referente ao ano de 2017. É necessário muitas coisas, nomeadamente, uma escola nova e não se tem estado parado, tem-se feito muitos investimentos no concelho, mas não se pode realizar todos ao mesmo tempo pois não há capacidade financeira para tal. O Executivo gere uma casa que tem um orçamento, receitas próprias baixas e tem transferências do orçamento de estado que também não são muito altas. Está-se a trabalhar nesse sentido e a obra será feita. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Francisco António dizendo que tem analisado as atas da Câmara Municipal não encontrando matéria que tenha a ver com Santiago de Montalegre, sendo a prova disso, aquando da aprovação do Orçamento para 2018, os deputados municipais do PS não votaram favoravelmente tendo apresentado uma declaração de voto na qual também nada é mencionado em relação aquela localidade. Santiago de Montalegre foi esquecida pelo PS nas eleições, é uma freguesia com muito poucos eleitores, por isso mesmo não apresentaram candidato às últimas eleições. -----

Como deputado Municipal, não é deputado de Santiago de Montalegre ou de Alcaravela, mas sim do concelho de Sardoal e é nessa condição que ali está e, tanto fala nos arruamentos de Santiago de Montalegre como tem falado noutros e noutras situações menos boas que têm acontecido.-----

Entende o que disse o Senhor Presidente, o facto é que não há dinheiro, estando solidário com essa situação e, quando se começou a fazer Casos Novos nunca questionou porque se fazia Alcaravela e não Casos Novos, porque sempre foi dito que aquelas estradas eram prioritárias e agora chegou a vez de Santiago de Montalegre.-----

Quanto ao historial do 25 de abril apresentado pelo senhor deputado Fernando Vasco, muito sui generis, a seu ver é uma historia um pouco parafraseada ou poetizada, dado que antes do 25 de abril e na altura que nasceu já havia escolaridade obrigatória, a sua escola primária já tinha saneamento básico, já havia previdência rural para empregadas de servir e trabalhadores rurais, energia elétrica em muito boa parte do concelho. Existia alguma miséria, mas agora também se tem. Só pela guerra colonial o 25 de abril valeu. Há que referir que muitos dos valores que foram enunciados e muito do que se conquistou com o 25 de abril, foram valores que já se perderam e quando se fala no 25 de abril também tem de se falar no 25 de novembro, porque esta data foi muito importante na historia de Portugal, porque inverteu uma série de situações incontroláveis piores aquelas anteriores ao 25 de abril. -----

Se disser que passados 40 anos do 25 de abril se tem um país com 85% de dívida pública derivada a problemas de corrupção, não vê corruptos presos, nem incendiários, nem membros de partidos a serem investigados ou presos, ninguém repõe o que roubou e antes do 25 de abril, nada disso acontecia. -----

Continuou o Senhor deputado, referindo o seguinte, que se passa a citar: -----

*“Relativamente ao ponto nº 10, da ordem de trabalhos, da Sessão Ordinária, desta Assembleia Municipal, realizada a 27 de Abril de 2018, onde foram apresentadas duas propostas, uma pelo Sr. Deputado Aníbal Lobato, sobre a Divisão e Delimitação da Rede Rodoviária Municipal Urbana/ Criação de Zonas de Contenção de Velocidade, e outra apresentada por mim próprio sobre a mesma matéria, na qualidade de representante do PSD, compete-me informar a Assembleia Municipal do seguinte:*

*Como é sabido, as duas propostas foram então retiradas, com a condição de serem apresentadas na reunião da Comissão Municipal de Trânsito e Segurança Rodoviária do Sardoal. A Comissão reuniu em 04 de Maio de 2018, onde foram presentes as duas propostas, sendo que o Sr. Aníbal Lobato não esteve presente, tendo sido presente a justificação da sua falta, e também não esteve presente o Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Sardoal que, oficialmente, tinha sido indicado representante do Sr. Aníbal Lobato. -----*

*Entretanto, constatou-se que, de acordo com o art 13º do seu regulamento, a CMTSR, na sua qualidade de órgão de natureza consultiva, não tem competência para decidir sobre aquelas propostas, mas apenas dar conhecimento das mesmas à Câmara Municipal. No entanto, mesmo assim, as propostas foram levadas em consideração e apreciadas, cujos resultados obtidos, certamente que o Sr. Vereador, Presidente da CMTSR, dará conhecimento à Câmara Municipal, que por sua vez fará o que entender por conveniente.” -----*

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo que esta questão do trânsito está em análise técnica. -----

Disse ainda que o executivo nunca disse que Valhascos, Panascos e Casos Novos eram prioritários em relação a Montalegre ou Mógão. O que foi dito foi que o que era prioritário eram todos os arruamentos onde mora gente e não se podia começar por todos ao mesmo tempo, começou-se por ali como se podia ter começado por outro lado. -----

Interveio o Senhor deputado Joaquim Serras frisou as obras feitas em Panascos e Casos Novos que fizeram a diferença e na sua opinião combate a desertificação destas aldeias. -----

O Senhor Presidente da Câmara acrescentou as localidades de Cabeça das Mós, Entrevinhas, Vale da Amarela, entre outras que estão a precisar. -----

Interveio o Senhor deputado César Marques para congratular o município pelo Gabinete de Proteção Civil e Floresta pela operacionalização do programa voluntariado jovem da natureza e floresta que é dinamizado pelo IPDJ. É um programa a nível nacional, mas se não existir um gabinete ou uma instituição que operacionalize este programa o IPDJ não o faz sozinho. -----

O Senhor Presidente da Câmara referiu ser um programa nacional mas que o Sardoal teve a opção de aderir com o IPDJ, existindo já candidatos para trabalhar neste âmbito. -----

### **Ordem do Dia**

#### **1. Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea c) do nro. 2 do artigo 25º, da Lei nro. 75/ 2013, de 12 de setembro;**

O Senhor Presidente referiu que o documento espelha bem tudo o que tem sido a atividade do município nos últimos tempos incluindo a colocação de corrimãos no exterior do Centro Cultural. -----

Em termos financeiros existe uma redução da dívida, como tem vindo a acontecer, na sua opinião está-se no caminho possível, quando se queria estar num bem melhor, gostar de se ter outras receitas próprias, outros financiamentos, mas, como não se vive de lamentos mas com aquilo que se tem, no dia a dia vai-se trabalhando e continuando como tem sido nos últimos anos no município. -----

Manifestou a sua disponibilidade para prestar as informações tidas por necessárias. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Miguel Alves referindo-se a uma visita de uma pessoa que faz parte do Programa Valorizar, questionando se é a pessoa que vem ao município ou se é o organismo que chama a pessoa, pois certamente poderá ajudar em certo tipo de candidaturas.-----

O Senhor Presidente referiu que uma das coisas que foi mostrado à equipa do programa valorizar foi a igreja matriz, sensibilizando-a para a necessidade de financiamento para a igreja e não só, também para outras possíveis candidaturas que se quer ver já concretizadas, como por exemplo o Centro de BTT na escola primária de Cabeça das Mós, que é uma candidatura que se está a desenvolver. Foi mostrado o potencial do concelho, para que as pessoas saibam que ele existe e também para que o próprio Estado perceba, através destes programas, que vale a pena investir no Sardoal. -----

Foi a Câmara que solicitou esta visita e foi nesse sentido.-----

Interveio o Senhor deputado Joaquim Serras referindo que o Programa Valorizar é uma linha de apoio à valorização turística do interior e é do turismo de Portugal, aberto a qualquer entidade incluindo

empresas e particulares, sendo que entidades privadas sem fins lucrativos e entidades regionais de turismo o incentivo é não reembolsável e até 90% das despesas elegíveis, ou seja, as entidades só têm de suportar 10%. Para as empresas há uma parte que é reembolsável e outra que não e serve para projetos de valorização e incremento da oferta de cycling e walking nomeadamente no contexto de recursos cicláveis, pedonáveis, projetos de valorização do património e recursos endógenos, projetos de valorização de aldeias portuguesas. Relacionados com visitação, pensa que não se enquadra a questão da igreja, mas qualquer entidade se pode candidatar a este tipo de projetos que acaba no final do mês uma primeira fase e posteriormente abrirá outra.-----

Interviu o Senhor Presidente da Câmara referindo que existe um limite de quatrocentos mil euros e que pode não chegar e no caso da igreja matriz é insuficiente. Este quadro comunitário é multiprogramas, o que significa que se pode ir buscar várias partes a diferentes programas. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

## **2. Revisão Orçamental;**

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo que esta alteração se deve ao facto da celebração do protocolo com a agência portuguesa do ambiente na requalificação das linhas de água afetadas pelos incêndios de 2017. É um projeto de 91 mil euros para o qual não existia rubrica aberta e também aproveitando a intenção de apoiar as candidaturas apresentadas pelas associações do concelho para a requalificação de instalações desportivas no IPDJ sendo o valor de sete mil e quinhentos euros, sendo cinco mil euros para o grupo desportivo de Alcaravela, que pode candidatar-se, e havia também uma intenção de Valhascos, mas não tem enquadramento para se candidatar mas mesmo assim, para se poder suportar aquilo que pode ser um investimento que Valhascos queira fazer foram incluídos dois mil e quinhentos euros para melhoria dos equipamentos desportivos. É denominado Programa PRIDE. -----

Considerando a alínea a) do n.º 1 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por unanimidade aprovar o documento, com dezoito votos a favor.-----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta** a deliberação tomada. -----

## **3. Defesa da Floresta Contra Incêndios – ponto da situação.**

O Senhor Presidente da Assembleia referiu ter achado por bem incluir este assunto na ordem do dia para que o mesmo possa ser discutido por todos, dado a sua importância e até porque o 25 de abril e o 25 de novembro assim o vieram permitir. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara dizendo existir uma frase que reflete aquilo que deve ser o sentimento em relação ao 25 de abril, não estando a referir-se a ninguém em concreto, sendo uma frase em abstrato, e que diz “ não concordo em nada com tudo o que disseste mas lutarei até à morte para que o possas dizer”. -----

Sobre a floresta, na sua opinião, o que importa é aquilo que o concelho e região têm feito. -----

Referiu que o Plano Municipal de Defesa Contra Incêndios está aprovado até 2021, assim como o Plano Operacional, as limpezas dos terrenos e as bermas das estradas estão concluídas, naqueles 50 e 100 metros, aquilo que é propriedade do município. Na gestão de combustível foi criada e já esta quase concluída a faixa de gestão de rede viária, que é da responsabilidade da Autarquia, sendo cerca de 46 kms, num investimento de cerca de 70 mil euros e que são os dez metros das vias de comunicação das estradas, 10 metros para cada lado, que é da responsabilidade do titular da via de comunicação. Também na rede primária da faixa de gestão de combustíveis, existe uma candidatura aprovada para as áreas prioritárias de 2.64 kms, no valor de 3379 euros e para as áreas não prioritárias, numa área de 28, 22 kms num total de investimento de 42 mil euros. -----

Sobre o que se esta a passar no Sardoal, o que se tem verificado é que há incumprimentos, sobre os quais a GNR já levantou autos de notícia, alguns não passaram a contraordenação porque o proprietário entretanto fez a limpeza do terreno. Neste momento existem algumas contraordenações que irão seguir os trâmites normais, para a secretaria geral da administração interna. -----

É um trabalho que esta a ser feito em articulação com a GNR e o Município e, não se querendo multar os proprietários, o que se quer é que se cumpra com a lei. -----

Referiu ter simpatia com a legislação que saiu, pois as coisas não podiam continuar como estava. Não se pode esperar que se faça em meia dúzia de meses aquilo que não se fez em anos, ou que ninguém obrigou a que fosse feito. -----

Existe uma consciencialização do particular, que não as estruturas da proteção civil, sendo certo que qualquer cidadão é também um agente de proteção civil, que não havia até aqui. Na sua opinião está a ir-se no bom caminho da prevenção, limando estas arestas que são necessárias limar. -----

Em relação ao combate, é sua opinião que de deveria fazer muito mais do que aquilo que se está a fazer. É certo que entraram no terreno os GIPS da GNR, Grupo de Intervenção Proteção e Socorro, que estão no Sardoal, em substituição da Força Especial Os Canarinhos, e que vão ficar o ano todo, assim como o helicóptero que ficará pelo menos até final do ano, ou seja, o Sardoal não está pior do que estava, antes pelo contrário, há algumas melhorias. Contudo, continua a haver coisas que ainda têm de ser melhoradas, porque os GIPS estão no terreno, mas ainda na semana anterior, não tinham os equipamentos de proteção individual, ou seja, muitos deles ainda não estão preparados. -----

Sobre as políticas do governo nesta matéria, o que tem dito é que, tem de se considerar este ano, como o ano zero, o ponto de partida para algo que vai mudar, o ponto em que tem de haver bom senso, em relação a tudo aquilo que vai ser feito, para que o próximo ano seja o primeiro ano de tudo isto. -----

Continuou referindo não concordar com tudo o que está a ser feito, e em relação ao combate, tem de haver uma grande mudança na estrutura de bombeiros porque o que se esta a caminhar é cada vez mais para o voluntariado, não sendo os bombeiros voluntários melhores ou piores que os profissionais, pois são todos muito bons, mas a estrutura é demasiado amadora. Continua a ver-se associações humanitárias, que, para terem o que precisam para proteger pessoas e bens têm de fazer peditórios, continua a ver-se a diferença no tratamento que o Estado tem para municípios com bombeiros municipais e para municípios com bombeiros voluntários. -----

A Autarquia faz o que pode, neste momento decorre uma formação de qualificação para os bombeiros e para promoção de alguns deles de acordo com o que se precisa para as estruturas intermédias do comando, investindo-se nesse sentido e em articulação com os Sapadores de Bombeiros de Lisboa. ----

A estrutura de bombeiros do concelho está preparada, os pré posicionamentos são muito importantes e o que tem falhado nos últimos grandes incêndios é o ataque, e, o país não tem tido capacidade de resposta nos primeiros 15, 20 no máximo 30 minutos, para combater a ignição e se houver capacidade de resposta para a combater nunca se terá fogos grandes. -----

O distrito de Santarém pode servir de exemplo para outros distritos, que apresentam grande perigosidade dado não terem bombeiros voluntários, nem profissionais, as pessoas nesta altura, preferem por vezes ganhar 50€ por 24 horas de serviço, estando a trabalhar nos bares da praia, como nadadores salvadores, o que é legítimo, fazem outro tipo de trabalhos em troca do voluntariado. -----

Isto tem de mudar, tem de haver uma estrutura profissional, os GIPS vêm colmatar falhas em determinadas zonas do país, sendo certo que há bombeiros que não gostam porque estão a ser postos

à parte, mas para si o que importa é que, quando o incêndio nasce, ele seja apagado. Porque ter-se-á sempre condições atmosféricas adversas, mão criminosa, fatores que fazem com que as ignições aconteçam, por isso tem sempre de se combater e depois ver-se-á o que se quer da floresta. É muito importante que se perceba o que se quer da floresta. Portugal é um país que menos tem floresta de espécies autóctones e não faz sentido algum, tem de haver equilíbrios ambientais e ecológicos, para que se possa começar a desenhar um futuro mais risonho. -----

Não há país que aguente, quando por ano tem uma média de área ardida equivalente à área da cidade de Lisboa. -----

Tomou a palavra a senhora deputada Joana Ramos dizendo que do que tem lido dos novos representantes da proteção civil, aposta-se na prevenção e menos no combate, pois acham que á aqui que esta a resposta para o problema. Também é dito que os incêndios sempre existiram e o que interessa, a prioridade é proteger os bens e as pessoas, mas, questiona, se não será possível de alguma maneira compensar os proprietários e manter a floresta, pois tem visto que as pessoas limpam os seus terrenos mas depois ficam com montanhas de detritos florestais, existe algum mecanismo que possa compensar as pessoas por estas toneladas, de modo a entrarem numa central de biomassa, ou algo que faça com que as pessoas sejam ressarcidas? Porque limpar a mata custa dinheiro e muitas vezes as pessoas nem moram cá nem têm condições para limpar. -----

Intervio o Senhor Presidente da Câmara referindo que a limpeza dos 10m é obrigatória, nas estradas municipais a obrigação é da Câmara Municipal. Nas ações de sensibilização e esclarecimentos feitas, sobre as áreas de 100 metros em volta dos aglomerados e 50m em volta das casas isoladas foi dito as pessoas e saiu edital nesse sentido, sobre o que a Autarquia iria fazer porque a lei assim o obriga e a competência é da Câmara, mas o proprietário pode faze-lo até ao dia x, pode fazer o que quiser porque aquilo é seu, alguns proprietários cortaram e venderam a madeira, fizeram o que quiseram dos sobrantes. Numa segunda fase, apos a data imposta, a empresa contratada foi para o terreno e começou a cortar e passado dois ou três dias veio outra empresa para recolher a madeira e os materiais sobrantes. Neste período houve muitos proprietários que foram fazer essa recolha como entenderam, outros não o fizeram, mas deu-se sempre a oportunidade de os proprietários terem sempre algum lucro. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Francisco António para referir o seguinte, que se passa a citar: ----

*” Muito se tem falado, durante o corrente ano, sobre a limpeza das florestas e protecção ás aldeias sobre o risco de incêndios.*

*Há largos anos que se vem falando sobre o assunto, mas foi a partir de 2006, nomeadamente com a homologação do Decreto Lei nº 124/2006, que as coisas ficaram mais ou menos definidas. No entanto, os anos foram passando, e pouco se alterou, a não ser para pior, até que em 2017 aconteceram factos demasiados graves, e por demais conhecidos, com muitas mortes a lamentar, e com um vasto panorama de destruição em florestas, pessoas e bens.*

*Logo no início do ano de 2018, o poder central, como que querendo sacudir água do capote, e colocando-se sempre à margem de responsabilidades, legislou através de despachos Ministeriais, de uma forma incompetente, atabalhoada, ameaçadora e repressiva, o cumprimento de alguma matéria constante na Lei de 2016. Foram estabelecidos prazos cujo cumprimento, na maioria dos casos, se revelaram manifestamente insuficientes, para além de algumas normas de difícil entendimento para o mais comum dos cidadãos.*

*Sendo que, e em minha opinião, se justifica claramente a criação de faixas de protecção adequadas, em redor das aldeias, outras determinações existem que não passam de visões mirabolantes de quem determina em gabinete, sem ter o mínimo de conhecimento da matéria e sem a ponderada e objectiva avaliação no terreno.*

*É mais que sabido que a maioria dos incêndios em Portugal são actos premeditados de uma espécie de terrorismo onde também o Estado tem a sua culpa.*

*Actualmente a nossa floresta, mesmo que sejam cumpridos os principais requisitos da Legislação em vigor, relativamente a limpezas, acaba por arder na mesma. A limpeza tem que ser entendida como uma operação agrícola. A nossa floresta baseada nos emergentes pinheiros e plantações de eucaliptos, limpa ou não limpa, serve apenas para garantir as grandes potências económicas e comerciais, em detrimento das pessoas, e isto porque foi a própria floresta desordenada que afastou e continua a afastar as pessoas. A floresta do nosso concelho e de outros em redor vive para não ter gente, por isso vai continuar a arder; Pois se houvesse lá mais gente não ardia com tanta facilidade.*

*Se recuarmos um pouco no tempo verificamos que, há 40 anos atrás, os fogos que até então eram meramente residuais e sobretudo derivados de acidentes em queimadas, passaram a ser normais e aumentaram gradualmente, ano após ano, com diversos Governos a fazerem apenas figura de corpo presente, permitindo práticas criminosas, facilitando-as e até despenalizando-as, deixando assim que*



os carteis de fogo tenham operado livre e impunemente. Por isso Portugal tem ardido descontroladamente, nunca parou de arder e a avaliar pelo que vem sendo feito nem vai parar tão cedo. Depois das tragédias, vêm os "especialistas" propagandear que afinal os culpados são os madeireiros e até os proprietários, inventando-se um pouco de tudo para esconder os verdadeiros criminosos...

E como a maioria do Povo não dispõe da informação mais convenientemente, nem sequer entende que a melhor forma de nunca se chegar à verdade, e de nunca se julgar e prender ninguém, é avançar com diferentes cenários e propor diversos culpados, agitando a sociedade, gerando controvérsia, e deixando cair o assunto no esquecimento... porque, logo de seguida, vêm aí mais incêndios, e os crimes dos anos anteriores deixam de ser notícia, e são passado esquecido.

Quanto ao Governo, refém dos grandes interesses internacionais, que têm entrado em força na gestão de Portugal, e que usam o País como bem querem e lhes apetece, vai simplesmente continuando a mandar o povo a limpar os seus terrenos, com ameaças repressivas consideráveis, sendo ele, o próprio Estado, o principal incumpridor.

A limpeza da floresta vai continuar a ser um mito, principalmente em pinhal e eucaliptal; Limpa-se agora e daqui a um tempo está tudo na mesma. Depois qual o destino a dar às matérias cortadas; Deita-se onde, queima-se, faz o quê ? Noutros tempos era a utilização destas matérias orgânicas que iam mantendo a sustentabilidade da agricultura e a boa qualidade de fertilização dos solos, com a aplicação de estrumagens produzidas pelos matos e, ao mesmo tempo, era mantida a quantidade suficiente de arbustos mais agressivos para uma maior capacidade de retenção de água. As actuais matas, especialmente as povoadas de pinheiros e eucaliptos, mesmo limpas, vão continuar a arder, desde que haja a possibilidade de proliferação de arbustos e infestantes que, nem que sejam cortados mensalmente, e seu desenvolvimento será sempre uma constante.

Assim sendo urge encontrar outras formas de tratamento da nossa floresta, começando sempre por um bom e funcional ordenamento florestal.

Sendo mais que sabido de que as autarquias locais não dispõem de meios, quer legais, quer financeiros, para se poder avançar com qualquer programa de fundo que vise alterar o ordenamento da floresta, quer no nosso concelho quer nos outros concelhos do interior, compete ao Governo Central, tal como já vem sendo falado há mais de vinte anos, tratar rapidamente da elaboração de um plano que altere a anarquia presente em algumas partes do território e onde o concelho do Sardoal está incluído.

*A grande causa de um mau ordenamento florestal do território é, principalmente a florestação intensiva de eucaliptais, para satisfazer as necessidades e os compromissos assumidos com as grandes empresas de celulose, abandonando-se e destruindo-se assim os nossos solos mais férteis do interior.*

*Se repararmos um pouco, verificamos que o Alto Douro vinhateiro não arde com facilidade, e os pomares do Oeste e as vinhas ribatejanas também não. Se continuarmos com este raciocínio verificamos que os montados de sobreiros e azinheiras raramente têm incêndios, e quando existe uma ou outra ignição é facilmente dominada.*

*Também os pomares de cerejeiras e medronheiros não ardem assim tão facilmente, tal como os olivais, desde que plantados de uma forma ordenada, com linhas e compassos devidamente planeados e estruturados, que permitam uma limpeza e uma manutenção fácil dos solos.*

*A grande questão que aqui se coloca é criar uma floresta que produza madeira, ou que produza frutos, mas que se integre nos agro-sistemas, ou seja uma paisagem sustentada e polivalente e nunca insistir, como já se está novamente a querer fazer, na plantação maciça de eucaliptos, em vez de se optar por outras árvores de maior qualidade, e menos agressivas para os solos, como é o caso da chamada cultura mediterrânea, como os carvalhos, os sobreiros, os amieiros, os castanheiros, as cerejeiras, etc.*

*Podem e devem fazer-se planos integrados de ordenamento da paisagem que aliás estão há muito previstos em legislação. Apesar de já ter sido instituída a Estrutura Ecológica Municipal, a Lei de Bases do Ambiente contém os conceitos e os princípios para um plano de ordenamento florestal. Tudo isto está escrito, só que nunca foi regulamentado e muito menos posto em prática.*

*Promover o pequeno associativismo florestal, como sucede em Espanha por exemplo, iria permitir abrir um bom caminho para a instalação de pessoas, criando comunidades urbanas, em pequenas áreas metropolitanas de concelhos, de freguesias e até de aldeias. Estamos numa cultura mediterrânica e não se pode traduzir o desenvolvimento em unidades economicistas de produção em grande volume de dois ou três produtos. É da polivalência, da multiplicidade de produtos e da harmonia da paisagem que resulta a possibilidade de ter mais população instalada, em condições dignas, e daí haver um maior cuidado no tratamento dos terrenos que, a seu tempo, acabarão por ser produtivos e as possibilidades de incêndio serão muito reduzidas.*

*Entendo que não deve haver um sector agrícola e um sector florestal; São exactamente a mesma coisa, sendo que a agricultura completa a floresta e a floresta completa a agricultura.*

*Sintetizando, entendo que um plano de ordenamento florestal para o concelho do Sardoal, e falo do Sardoal porque é esse que realmente nos interessa, a começar pelo desbravamento e arroteamento de terras inóspitas, com menor densidade de arvoredo produtivo implantado, seguindo-se e levantamento dos níveis de PHs dos terrenos, no sentido de se saber concretamente qual o tipo de árvore que melhor se adapte a cada tipo de terreno. O passo seguinte seria a plantação ordenada de espécies, com compassos adequados e com acompanhamento assíduo, principalmente nos primeiros tempos, de equipas especializadas de sapadores e operadores de pomares e floresta, ou outras, encarregados pelas intervenções necessárias das árvores e desmoutação e limpeza dos terrenos. Em poucos anos teríamos terrenos, agora ocupados por impenetráveis silvados e matagais, a produzir medronhos, castanhas, cerejas, etc. e ainda carvalhos e sobreiros a emergir para daqui a alguns anos, também eles, a dar alguma rentabilidade.*

*Também a plantação de pinheiro manso seria de ter em conta em alguns sítios, já que se trata de uma árvore que enxertada aos três anos, por volta dos sete/oito anos começa a produzir pinhas e a rentabilizar o investimento. A tudo isto podemos ainda juntar a possibilidade de pequenos investimentos em criação de gados e apicultura o que, como já foi dito, atraía mais gente, combatendo-se assim também a desertificação.*

*Nas manchas de pinhal implementado e mais concentrado haverá a necessidade de criar espaços e faixas internas que permitam uma limpeza eficaz e a não propagação de arbustos infestantes.*

*Finalmente conseguia-se assim uma possibilidade reduzida de incêndios florestais, isto porque haveria uma possibilidade muito reduzida de emergirem silvados e matagais, na medida em que os terrenos ficariam facilmente aráveis e com condições de limpeza mais rápida e eficaz, para além de se tornarem produtivos.*

*Sei que será sempre uma reforma polémica, num País conservador, em termos de propriedade. Os técnicos usam termos como emparcelamento ou gestão florestal que, em termos simples, e no limite, o Estado deve expropriar terrenos abandonados, muitos já sem proprietário conhecido, ou mesmo com proprietário conhecido, mas que se recusam a fazer as limpezas e a permitir uma intervenção nos seus terrenos, afim de alterar a tipologia das plantações, como aqui se propõe.*

*A propriedade privada não é um valor absoluto quando está em causa o interesse público, e tudo isto tem de ser feito se quisermos de facto diminuir os riscos de incêndio.*

*Todos sabemos que os custos serão elevados, mas serão fortemente compensados com mais valias futuras, quer para proprietários, quer para autarquias. Não será necessário um grande exercício de matemática para se concluir que os milhões e milhões gastos anualmente nos programas de combate a incêndios, muitas vezes pouco transparentes, e que envolvem actos de má gestão de dispendiosas verbas e de corrupção, etc. Seriam mais que suficientes para financiar e por em marcha um projecto que, quase a começar do zero, daria uma nova cara ao nosso interior, tornando-o mais atraente e produtivo.*

*Enquanto o poder central, seja ele qual for, não se debruçar seriamente nesta questão, temos a certeza que, ano após ano, as nossas matas vão continuar a arder e não são os despachos ministeriais de oportunidade que o vão impedir.” -----*

Intervio o Senhor Presidente da mesa referindo rever-se nesta intervenção e para si esta seria uma forma de a floresta estar mais protegida. Disse ainda que todos têm em mente o custo dos meios aéreos que o Estado faz todos os anos que são muitos milhões. Provavelmente daqui a vinte anos com uma serie destas medidas implementadas o custo destes meios aéreos seria bem menor porque a área em risco também seria menor, mas a questão está em como operacionalizar isso e que mentalidades teriam de mudar e todas as questões de propriedade são difíceis de gerir. Este é um ano zero e ter-se-ão ainda muitos anos para afinar legislação. -----

Este pinhal interior em função dos incêndios tem empobrecido quer do ponto de vista da floresta quer do ponto de vista das pessoas, porque ninguém quer ficar em terra queimada e onde não vale a pena montar negocio porque a economia não cresce. -----

Intervio o Senhor Presidente da Câmara informando ter acabado de receber uma mensagem do responsável da proteção civil dizendo ter sido interditada uma zona da praça nova, dado ter sido conselho de um engenheiro nesta área, para corte de mais um ramo de uma árvore junto de uma habitação. -----

Intervio o Senhor deputado Fernando Vasco referindo ter trabalhado na legislação de 2006 e se a mesma tivesse sido cumprida se calhar não se tinha chegado onde se chegou hoje em dia e houve necessidade de se tomar medidas mais radicais que surgiram devido ao que aconteceu no ano passado, surgiram um conjunto de factos, datas, medidas que visavam sobretudo haver uma limpeza maior e criar condições para que este ano não acontecesse o mesmo do ano passado. -----

Na sua opinião houve uma certa confusão e não foi bem esclarecido este ponto, o qual já vem de 2006, todas estas medidas que agora vieram a ser mais clarificadas só se aplica à zona florestal e não às zonas urbanas, ou seja, neste concelho e noutros, há muitas zonas urbanas e se se aplicasse a todas as zonas, o quartel dos bombeiros, que tem um pinheiro a cinco metros, também teria de ser cortado, obviamente que não tem de o ser porque está numa zona urbana e isto confundiu por todo o país, pessoas a cortar arvores de fruto ao pé da sua casa, que estavam em zonas urbanas. Há aqui um esclarecimento que deveria ter sido melhor esclarecido, porque só agora na parte final ainda há muita gente a achar que tem de cortar tudo, o que não é verdade, não é isso que a lei obriga e não tem interesse algum. -----

Quando surgiu o primeiro anúncio das casas a 50 metros a toda a gente fez alguma confusão porque do ponto de vista jurídico não era elucidativo mas do ponto de vista pedagógico poderia ser, lembrando que há uns anos havia uns anúncios de prevenção rodoviária cuja imagem era extremamente forte e incentivava a pessoa que estava a ver o anuncio a ter cuidado, pois ficava chocada, sendo uma técnica de marketing de chocar as pessoas e este anuncio poderia ter sido aproveitado para isso. Se do ponto de vista jurídico não estava correto do ponto de vista pedagógico poderia ter sido usado para explicar as pessoas. Referiu que o Sardoal foi o único concelho do país que não distribuiu o panfleto e se calhar deveria ter valido a pena ter sido distribuído usando-o como pedagogia. -----

O objetivo é, neste capítulo da prevenção, que se consiga produzir o maior número de ações em que vão provocar um menor número de fogos, estando convencido que a maior limpeza que se fez este ano, foi a maior que se fez alguma vez. Fez-se no Sardoal, viu noutros sítios e na televisão. Era impossível fazer em todo o lado com os timings previstos. -----

Com as condições climatéricas do ano passado e com aquelas características podiam vir os bombeiros todos porque ardia na mesma. O erro que se fez o ano passado, na sua opinião, e espera que este ano não se faça é que aquele princípio, primeiro estão as pessoas, depois os bens e depois o território tenha de haver um conjunto de ações coordenadas para que não aconteça nada a nenhuma pessoa e depois tenta salvar-se os bens, mas as pessoas é que não pode acontecer nada. Na verdade houve um conjunto de falhanços o não passado, desde comunicações, descoordenação, desde processos que neste momento estão em Ministério Público um conjunto de arguidas, um conjunto de situações que ultrapassou o normal, que espera este ano não aconteçam. -----

Em termos de prevenção, a limpeza, o aspeto das zonas florestais, os 10m e os 50m e, tendo ouvido o Senhor Presidente dizer que na parte da limpeza dos terrenos, na parte que lhe competia, presume que seja nas estradas e nas faixas municipais que esteja já tudo feito. Na sua opinião isso é importante. -----  
Fez referência ao oficial de segurança, que suscitou divergências entre as pessoas, e disse que aquilo que aconteceu em Pedrogão e noutros sítios, quando se tem uma aldeia completamente cheia de fumo, com pessoas idosas que não se conseguiu ainda evacuar as pessoas, quando se chega a S. Simão ou a outro lado qualquer, se se tiver uma pessoa com determinadas características, que ajude e faça a ligação com os bombeiros, até antes que a comunicação, consiga tirar as pessoas e leva-las para um lugar seguro, na sua opinião essa figura que esta a ser utilizada e tanto quanto viu, as pessoas têm sido designadas uma relação muito direta com as juntas de freguesia e com características de ligação às forças armadas, por reformados, à policia, que já têm alguma preparação para entender alguma informação que lhes seja dada ou que tenham de dar. Para si é uma boa figura e até em casos limites pode salvar vidas, não lhe parecendo mal que esta figura seja ativada em locais que sintam essa necessidade.-----

Referiu-se ainda o senhor deputado ao capítulo da segurança, nas ações a curto prazo, sendo que nas ações a longo prazo tendo sido focadas algumas que a seu ver não lhe parece assim tão importante estar-se a discutir isso hoje, pois tem a ver com o ordenamento do território e o conjunto de situações que a medio prazo se deve pensar mas a escala em que deve ser pensada terá de ser uma escala supra municipal.-----

Também não se podem esquecer das alterações climáticas que estão a ter uma influência muito grande e terão no futuro e que terão de ser ponderados também e já foram. -----

Sobre o combate referiu defende-lo há muitos anos e a sua opinião é muito parecida com a do Senhor Presidente, que se houver problemas, tem-se os bombeiros municipais, os voluntários, as forças profissionais, os sapadores, os Gips que irão resolver as situações, o que não quer isto dizer que as tarefas não devam ser distribuídas de maneira diferente por estes grupos de profissionais. Enquanto os bombeiros voluntários podem fazer aquela proteção de pessoas e bens mais próxima, o ataque e o combate, confia mais e acha que devem ser as forças profissionais a fazer, na fase de rescaldo é óbvio que os bombeiros voluntários também têm um papel extremamente importante. -----

Disse ainda que por mais que existam os planos nacionais, operacionais, distritais, municipais os mesmos precisam de uma operacionalização constante e se calhar mais efetiva do que aquela que tem

sido feita com mais operacionalização para que, se houver um incêndio que não se apague na primeira meia hora, se possa atuar e ter condições para que pelo menos pessoas e bens não haja problemas. --- Também concorda com a opinião do senhor deputado Francisco António mas quando diz que até 2018 o governo esteve a sacudir a água do capote, não lhe parece que tenha sido isso, ou que o governo está refém de grandes interesses internacionais, são frases batidas desde sempre ao longo da história. Referiu estar otimista, a prevenção feita este ano vai dar resultados, a maior limpeza que alguma vez foi feita trará frutos, os terrenos estão limpos, as forças estão no terreno. Os Gips é uma força que este ano foi melhorada e muito, embora ainda não tenham todos os equipamentos necessários, mas têm a maioria, vêm fazer um ataque inicial muito bom, são homens com boa formação militar, assim como a FEB, os sapadores, os municipais estão em condições para fazer um bom combate. ----- Está certo que os Senhores Presidentes de Câmara enquanto coordenadores municipais vão saber atuar também com estes indivíduos fazendo uma interação dos seus territórios e isto vai correr bem, mas se houver condições como as do ano passado, condições climatéricas de humidade, aquela temperatura, os ventos, vai ser muito difícil, mas acha que se está muito melhor preparado e por isso tem todas as condições para correr melhor que o ano passado, que foi péssimo. ----- Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo que aquilo que aconteceu no ano passado foi bem mais complicado do que aquilo que se tem estado ali a dizer e os relatórios expressam bem. Não é com esta ligeireza que se tem falado que se consegue retratar as asneiras e os disparates cometidos o ano passado, houve pessoas que não cumpriram com as suas obrigações. Continua a não poder aceitar como é que há municípios neste país em que o comandante dos bombeiros não é profissional. Quando fala em voluntariado e amadorismo é na estrutura organizacional, e não concorda com algo que o Senhor deputado Fernando Vasco disse, ao fazer a distinção, uns vão logo, os outros vão a seguir, pois aquilo que observa é que os voluntários e os profissionais são todos eles muito bem preparados, no terreno e no combate não há distinção, havendo até grupos que fazem parte do sistema, do plano de defesa da floresta para este período e ali não há distinção entre voluntários e profissionais, são homens e mulheres bombeiros ponto. ----- De uma forma superficial o senhor deputado Fernando Vasco tentou ilustrar uma situação e não tem razão absolutamente nenhuma, sobre o folheto inicial, que nada tem a ver com pedagogia. Aquele folheto que saiu é precisamente antipedagógico, o qual se recusou a distribuir no concelho, continha erros graves e a primeira pessoa a saber que aquele folheto não estava correto foi o Senhor Secretário

de Estado, para o qual telefonou de imediato, dado que no qual as pessoas limpavam arvores de fruto, limpavam tudo. -----

Também não é assim como o senhor deputado diz em relação à zona urbana, está-se a falar das áreas urbanas que têm de ser limpas, se houver uma faixa de 50 metros em volta de uma casa, seja numa zona urbana ou não, tem de ser limpo, claro que existe uma situação diferente, pois a lei não obriga a que sejam limpas árvores ornamentais, arvores de fruto e espécies protegidas e o que aquele folheto erradamente dizia era para limpar tudo à sua volta e foram causados crimes ambientais, porque houve arvores que foram cortadas, com muitos anos, com a sua historia, porque o gabinete de comunicação da secretaria de estado não souberam gerir o documento, foi um erro, que de tal forma a seguir veio um esclarecimento, e aquele folheto criou uma tremenda confusão na população. -----

O Senhor Presidente referiu que não se deixou o concelho vazio, tendo sido feitas varias sessões, foram feitos editais, foram para o terreno, informaram as pessoas. -----

Sobre o que disse foi que era da competência do município, os 100 metros em volta dos aglomerados, os 50 metros em volta das casas isoladas, essa parte estava cumprida, os 10 metros das vias de comunicação, a empresa pediu para prolongar o prazo atendendo as condições atmosféricas que são benéficas para não haver ignições mas prejudiciais para todo este trabalho e aqui há também uma tolerância que todos têm de ter. -----

Mantem uma preocupação, a mesma igual à do ano passado, nomeadamente a falta de efetivos da GNR no território, uma coisa são os Gips outra são os GNRs necessários para cortar estradas, para encaminhar pessoas, para sinalizar as pessoas para que os bombeiros, os Gips, os sapadores possam trabalhar à vontade e aí o número não aumentou, pelo contrário, houve alguns GNRs que passaram para os GIPs. -----

Sobre o oficial de segurança, o conceito é bom, é preciso é que ele funcione e aqui é que pode ter algumas duvidas, em tese o conceito é bonito, em simulacro funciona, mas em caso de incêndio como reagirá essa pessoa, questiona, a qual não teve a preparação ideal, ou até mesmo em termos de saúde, como reagirá, não se sabe. Só quem nunca esteve num teatro de operações, como estive, por exemplo numa aldeia em que se dizia a um senhor que teria de abandonar o local e ele se recusava, se as pessoas de poder máximo não conseguem convencer o idoso, questiona se será então o vizinho, oficial de segurança que o irá conseguir. Quem consegue é a GNR, devido ao respeito que as pessoas têm. Tem duvidas que os oficiais de segurança numa situação de incendio, consigam dar resposta e,



por outro lado, está-se a atribuir responsabilidades a uma pessoa, que por muito boa vontade que tenha, não se saberá qual será a sua reação, porque não tem treino. Muitas vezes até com os bombeiros que têm experiência as coisas não correm bem.-----

E porque se está a falar de um território do interior, questiona quantos oficiais de segurança seriam necessários para o Sardoal, numa população envelhecida.-----

Referiu não ser obrigatório ter-se um oficial de segurança e, entre ter um, que não garanta que vai cumprir aquilo que são as obrigações, na sua opinião é preferível não ter.-----

Referiu que no Sardoal a evacuação de pessoas correu muito bem e que a mesma foi feita pelo INEM, pela GNR e pela Segurança Social. -----

Não quer com isto dizer que numa outra escala não se deva arranjar um interlocutor, desde que seja capaz, que seja alguém que, se tenha a certeza que tem capacidade física e mental para responder a um cargo que é exigentíssimo.-----

Tomou a palavra o Senhor deputado Miguel Alves referindo saber-se que há incumprimentos falou-se em oito notificações, há um auto de notícia e de seguida uma contra ordenação, questiona então qual o hiato temporal entre uma e outra, se quando as pessoas recebem o auto de notícia recebem logo uma data para efetuarem a limpeza. Questionou também, quanto tempo iriam os Gips ficar no Sardoal, dado o senhor Presidente ter dito que iriam aqui ficar um ano, o Senhor Presidente referiu que os Gips irão ficar no Sardoal em permanência, não têm data de saída. -----

Fez referência ao oficial de segurança que ainda não está definido no Sardoal, nem se saberá se irá ser, questionando se nos outros municípios já houve desenvolvimentos sobre esta figura, se terá de ser definido quem será, timings, quando e de que forma. -----

O Senhor Presidente da Câmara referiu que tem conversado com os colegas sobre o assunto e que a ANPC tem questionado se já existe ou não o oficial de segurança. É um trabalho que está a ser feito entre a Câmara e as Juntas de Freguesia. Questionou como se fará na Tojeira, se não existir alguém com capacidade, mas que não haverá qualquer problema, pois o que é preciso é que o comando saiba que quando quiser comunicar ou evacuar aquele local, não está dependente de quem quer que seja para o fazer, terá de o fazer como sempre fez, mas imagine-se que naquela localidade existe uma pessoa com perfil para esse cargo, isso será uma mais-valia. -----

Referiu que o importante quando se indica um oficial de segurança, é ter-se a certeza que aquela pessoa tem capacidade para desempenhar esse cargo e, se não houver, a autoridade tem de saber

que não há e funciona à moda antiga que não se veja dramatismo na situação de não haver oficial de segurança. -----

Sobre as contra ordenações, referiu fazerem parte do código do procedimento administrativo, a pessoa é notificada, há uma audiência dos interessados, a pessoa defende-se e a partir daí passa para um processo de instrução. -----

Interveio o Senhor deputado Adérito Garcia dizendo que sobre a questão de se profissionalizar as equipas de combate ou ter-se equipas de voluntários, na sua opinião, em tempos de catástrofes serão sempre poucos.-----

Houve efetivamente algum apreço, por alguma parte da população, por aqueles elementos espanhóis que aqui estiveram no último verão, pela forma como eles atuavam, e os comentários que ouviu foram positivos e está-se a falar de militares, que obedecem a um único comando e se calhar a estrutura de comando, que se tem atualmente, que não conhece, de todo o corpo, de todos os elementos que atuam nesta área, não sabe se será tão unísono que é naquele tipo de estruturas.-----

Referiu concordar genericamente sobre o que o Senhor deputado Francisco António disse, frisando que a economia local sofreu drasticamente, toda a economia florestal local que era uma economia florestal familiar, tudo isto alterou e há pessoas que deixaram as coisas ao abandono, outras houve que viram a oportunidade de alugar terrenos para plantação de eucaliptos e aí concorda que é um erro drástico, porque a seu ver, aumenta em muito o risco de propagação dos fogos. Por outro lado, tem-se uma indústria, que não se pode esquecer, é a indústria dos incêndios e quem viu a reportagem da investigação jornalística da TVI, quer acreditar que há muita verdade naquilo que foi investigado e, como em todas as profissões, há pessoas serias e outras menos sérias e todos têm de lidar com isto. Todas as ações que possam ser feitas para reduzir o risco serão sempre bem-vindas. -----

Partilhou uma informação relacionada com as ZIF, referindo terem sido criadas ZIFs no concelho, na altura com todo o mérito e, na sua opinião deveriam ter um papel importante na gestão dos territórios que a compõe e, vê, na ZIF de Alcaravela, numa parte da ZIF, foram feitos disparates, autênticos ataques ambientais, existe uma parte na serra de Alcaravela em que foi cortado o pinhal todo Questionou o Senhor Presidente sobre o que é que as ZIFs têm feito, se existem contactos com a Câmara e com as empresas que as administram, o que está planeado fazer, dado que nesta zona os pinhais não estão limpos e, na sua opinião as ZIFs deveriam ter um papel importante nesta limpeza e não lhe parece que esteja a ser feita, assim como na introdução de novas espécies, da qual é a favor,

também acha que as ZIFs deveriam ter um papel importante nesta matéria. Qual o papel que é suposto estas ZIFs desempenharem e qual o ponto da situação. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara dizendo que a ZIF de Alcaravela, uma das primeiras do país é um caso de polícia, houve uma empresa gestora da ZIF, que pegou no dinheiro e foi-se embora, ou seja, nada foi feito. Referiu que tem denunciado esta situação em diversos sítios, sabe que há expedientes por causa dos fundos comunitários, há expedientes que as pessoas utilizam e fazem com que as coisas se perpetuem sem que sejam chamadas à responsabilidade. -----

Sobre o caso dos pinheiros, não sabe que caso é, mas sabe que até determinada altura é proibido o corte de pinheiros, mas por outro lado há a obrigatoriedade de fazer as faixas e o que alguns proprietários fizeram foi cortar pinheiros para os vender antes dos outros e fazer a faixa, não sabendo se foi este o caso. O que está a acontecer também é que vão plantando eucaliptos e aquando do corte do pinhal, já lá têm eucalipto. Estas situações têm de ser fiscalizadas e denunciadas. -----

Disse que a constituição das ZIFs não é responsabilidade das Câmaras Municipais, a Câmara empenha-se e já está a constituir duas ZIFs, uma de Valhascos e outra de Montalegre. Existe uma realidade importante, relacionada com o facto de alguns proprietários não quererem aderir as ZIFs porque têm uma sensação de perda e acham que ao disponibilizarem as suas terras para as ZIFs que vão ficar sem elas mas não é verdade. Agora, a oportunidade que se tem é, todos os terrenos queimados constituírem uma, pois todos os proprietários estão em pé de igualdade, podendo assim, ordenar-se a floresta de acordo com as regras da ZIF, que é um, instrumento de gestão do território que pode ter os seus defeitos mas é o melhor que se tem. -----

Em relação ao profissionalismo dos bombeiros o que defende é que cada território deve ter um número mínimo de profissionais de acordo com a sua tipologia e grau de risco e depois os voluntários que são bem-vindos e fazem muita falta. A estrutura do Sardoal, para si é a ideal. -----

A UME espanhola também falada, tem força aérea, marinha, exercito e só o seu orçamento é superior ao orçamento de todas as nossas forças armadas e resulta, mas nós também temos capacidade para fazer as coisas resultarem. A nossa desorganização não é operacional, mas sim um problema político e pior ainda é quando os políticos interferem na operacionalização. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado César Marques para discordar do discurso do Senhor deputado Fernando Vasco pois a separação dos bombeiros voluntários e profissionais, é uma ideia que já vem do primeiro-ministro que teve um discurso muito idêntico. Não lhe parece que o caminho seja por aí porque

no terreno todos são poucos e as competências de cada um complementam-se. No ano passado os concelhos limítrofes do Sardoal arderam todos em grande escala e o Sardoal teve um a entrar numa hora muito critica e não lhe parece que tenha sido pelas condições meteorológicas que melhoraram naquela hora. A metodologia que aqui tem sido feita de prevenção e combate devia ser um exemplo para os restantes concelhos, porque comparativamente ao que ardeu em Vila de Rei e chegou ao Sardoal e ao que tinha ardido em Mação meses antes, não se compara. -----

A complementaridade que existe entre bombeiros voluntários e municipais no terreno são todos iguais. Interveio o Senhor deputado Joaquim Serras dizendo que os oficiais de segurança já têm estado nos anos anteriores, não têm é nome ainda e são as pessoas que andam com as carrinhas, com tanques particulares, são os particulares que vão ajudar aos incêndios e que muitas vezes ou chegam primeiro que os bombeiros. Se calhar fazia sentido o município disponibilizar mais alguns kits particulares, pelo menos em zonas de maior risco. -----

Sobre a fiscalização do eucalipto existe uma taxa paga após fiscalização.-----  
Sobre o que disse o Senhor Francisco António concorda com o que disse, mas não devia concordar quando disse que vai arder tudo, a diferença é que cada vez que arde, nascem mais eucaliptos a seguir. -----

Sobre a questão das faixas dá uma paisagem diferente, este ano são cortadas, para o ano também terão de o ser, terão de ter uma manutenção permanente seria importante haver aqui uma questão que se pudesse com os proprietários, valoriza-las com medronheiros ou outras espécies. A questão das limpezas é muito importante, pelo menos deixa as populações mais descansadas e na sua opinião deve de haver um incentivo à fiscalização para que a lei seja cumprida.-----

Referiu ainda a N2 pensa que não é da responsabilidade do município a sua limpeza mas há muitos sítios em que as arvores estão quase em cima da estrada, acabando por ser as entidades centrais que não estão a cumprir. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Anacleto Batista referindo achar que o Regimento da Assembleia contempla um tempo de intervenção, e um tempo de duração da própria assembleia.-----

Do que conseguiu ler da defesa da floresta contra incêndios na sua opinião foi gasto mais tempo a falar em legislações e em situações de outros pontos do país que não propriamente daquilo que ali lhes interessa, pois a si, interessa-lhe o que está a ser feito para a defesa da floresta contra incêndios no concelho de Sardoal e, se todos os concelhos fizessem isso com certeza que não chegaria cá e vice

versa, desde que cada um cumprisse a situação. Para si, o ponto da situação muito concreto seria abordar-se as questões práticas e concretas e não preocuparem-se com legislações, porque uns citam de um lado e outros de outro.-----

Interveio o Senhor Presidente da Assembleia referindo assumir a responsabilidade de tudo o que ali se passou. Na sua opinião, acha que houve ali muita gente que ouviu coisas que não sabia. Ganha-se sempre com a discussão. A reunião só não pode passar da meia-noite e se todos os deputados falarem não pode haver limitações de tempo. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Francisco António dizendo que quando falou em governo, falou em vários e neste, que de facto se afastou da responsabilidade total pelo seguinte, quando incêndio de Pedrogão Grande começou havia um militar da GNR no posto e uma patrulha de dois elementos na rua, ou seja, em todo o concelho havia dois elementos, já que o do posto não poderia sair de lá. O arguido será o comodante do posto o munícipe que tutela a GNR e que não tem efetivos suficientes?----

Segundo, o Presidente da Câmara de Pedrogão Grande e da Serra, são constituídos arguidos porque não fizeram cumprir a lei de 2006 e agora o Estado na Estrada Nacional onde morreram tantas pessoas e na IC8 que também não cumpriu a legislação de 2006, porque é que a ministra da altura também não é constituída arguida porque ela é responsável pelo facto daquelas estradas não estarem limpas como também não estavam as da responsabilidade do município. Houve dois pesos e duas medidas.-----

As estradas não estão limpas, a variante da N2 está uma vergonha e são coisas do Estado, o qual determina que o cidadão comum, que paga os seus impostos, cumpra a legislação e o Estado é a pessoa que devia ser de bem e acaba por ser a pessoa de mal. -----

Disse também que o Governo está refém dos grandes poderes económicos, pois o primeiro ministro atual assinou acordos com a Altri para que ela continuasse a investir em Portugal, inclusivamente deu-lhe permissão para que continuasse a plantar mais eucaliptos e estas são situações que denotam uma irresponsabilidade grande da parte do governo. -----

Interveio o Senhor deputado Fernando Vasco para clarificar o que pensa sobre os Bombeiros Voluntários, dizendo que o sistema de proteção e socorro abrange imensas áreas e aqui só se esta a falar do combate e dos incêndios e o papel dos bombeiros voluntários é fundamental em todas as áreas. O que diz é que em termos práticos, operacionais, de acordo com os planos definidos e cada vez mais com a integração de militares da GNR no GIPs, são mais às forças profissionais, à FEB, aos GIPs, aos próprios militares, aos sapadores e aos profissionais que compete o ataque inicial ou

combate ampliado, isto não quer dizer, que se houver um foco de incêndio e que os primeiros a chegar sejam os voluntários, que eles não comecem a comandar até que se chegue a outra situação ou passe para um concelho diferente. O que quer deixar frisado é o apreço que tem pelos bombeiros voluntários em todo o sistema de proteção e socorro deixando para eles uma tarefa que é igualmente nobre que é na área do combate ou do rescaldo ou da prevenção, onde têm também um papel fundamental. No combate, o que diz é que o sistema assenta todo e cada vez mais nestas forças profissionais, em primeira análise no ataque inicial e depois no ataque ampliado, aqui já com os voluntários também.-----

Disse ainda que sobre a questão dos arguidos, a lei é igual para todos, quem faz a investigação é o ministério público e se este no âmbito da investigação entender que também deve constituir arguido o ministro, não seria nada inédito. Que se aguarde o desenvolvimento para se ver o que dará. -----

Continuou, dizendo que a legislação de 2006 e o decreto diz que só se aplica às zonas florestais. Quando diz que a área urbana tem de ser limpa, é por outras legislações e outras razões, não por este decreto, assim como não se pode por lixo à porta de casa, ou atira-lo para o chão. O cortar de árvores em zonas urbanas não se aplica a legislação da floresta. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara dizendo que tendo competência na área urbana, no ano transato levantaram-se 120 autos de notícia por incumprimentos mas também, no ano passado quando se deu o incêndio em Cabeça das Mós, viu uma quantidade de projeções que, se não fosse o facto, daqueles quintais estarem limpos, tinha-se dado ali uma tragédia.-----

O sistema está assim, existe um membro de um governo com responsabilidades nesta matéria, que lhe disse, com outros colegas Presidentes de Câmara a servirem de testemunhas, só saber que havia bombeiros municipais quando chegou aquela função e é frequente ouvir algumas figuras falarem de bombeiros voluntários quando são municipais, o que denota desconhecimento desta matéria. -----

Tem de se continuar, mais do que discutir, é fazer, ser pro ativo. Nem sempre os interlocutores são os certos, são sempre os mesmos a falar sobre estas coisas e elas não mudam, devendo haver alguma coisa que está mal. -----

### **Período de Intervenção do Público**

Tomou a palavra o município, Senhor Abel, referindo-se aos arruamentos da sua freguesia que estão uma lástima. É impossível andar no Mógão, mas também existe a Amieira, as Lameiras que é quase impossível de lá se passar no caminho que vai direto ao Casal dos Pombos. O Mógão é uma necessidade urgente.-----

A questão da limpeza das zonas, das faixas de proteção das aldeias, é tudo muito bonito, há sítios que estão muitos bem mas há outros que não cumprem. À volta da aldeia do Mógão está quase tudo limpo, mas no centro existem silvados, questionando se não existe legislação que obrigue os proprietários a limpar. Junto ao tanque existe uma montanha de resíduos das faixas que é medonho, questiona, se houvesse um incendio como é que os carros dos bombeiros lá iriam abastecer.-----

A caminho de Montalegre, encontra-se outra montanha de resíduos, se houver um incendio, aquilo agarra-se e vai para a mata.-----

Sobre a faixa dos 10 metros, há muitos sítios que ainda não está feito. Na faixa dos 100 metros, há muitos que limpam, que fizeram o corte mas deixaram as ervas umas em cima das outras. Se cumpre também gosta que os outros cumpram.-----

Disse ainda que nas faixas de rodagem na estrada de Mivaqueiro ao Andreus se anda a cortar e os resíduos ficam na valeta. Enquanto não houver autoridade que os obrigue a cortar e a limpar e a retirar as coisas, é tudo uma pouca-vergonha. Para si é muito importante que haja alguém que obrigue a fazer limpeza e a repor as coisas como estavam.-----

Tomou a palavra o Senhor Presidente referindo que em relação às estradas e ao seu estado já se falou o suficiente. A Câmara gostaria que as coisas fossem mais rápidas, mas os procedimentos são estes, projeto, valor, empréstimo, tribunal de contas, Assembleia Municipal, tribunal de contas, visto do tribunal de contas, adjudicar a obra. Gostaria que fosse mais rápido e que se tivesse dinheiro pois assim far-se-ia o resto do concelho, mas tem de se ir doseando, pois não há fundos comunitários. O ano passado fez-se um milhão de euros de obra.-----

Sobre os caminhos sujos e estradas danificadas, é uma realidade, existem madeireiros que são irresponsáveis e não têm cuidado. Quando a Câmara tem conhecimento, alerta a GNR. Existe alcatrão novo, nomeadamente na Lobata que já foi destruído por um empresário do ramo da madeira que andou lá, mas é complicado provar quem o fez.-----

Sobre os incumprimentos, existe um princípio fundamental, que é cumprir a Lei, independentemente se o vizinho do lado o faz ou não, mas não se pode deixar impune aqueles que não cumprem e esse trabalho está a ser feito. Só em Mógão Cimeiro foram levantados quatro autos de contra ordenação que vão passar a multa, existindo outros. -----

Referiu não existir outra forma de fazer as coisas, pois vem uma empresa e corta tudo, a seguir vem outra e acumula tudo num determinado sitio. A Câmara já fez o que tinha a fazer por hasta pública da

venda desses sobrantes e quem fez a proposta mais elevada tem x dias para retirar de lá as coisas, mas as coisas são feitas respeitando os prazos e seguindo o código de procedimento administrativo.---

Tomou a palavra o munícipe Senhor Nicolau, referindo querer falar sobre o assunto das estradas já falado pelo Senhor Abel e ter ficado surpreendido pela apresentação por um deputado das estradas em Mógão Cimeiro, Lameiras e, acrescentado que a Amieira está na mesma, alertando para quando for arranjada para se verificar a tubagem da agua. -----

Referiu também a questão das matas que estão cheias de estevas, de mato e quando la passa com a carrinha, a rama passa por baixo dela e limpa tudo. Já sofreu algumas avarias nas suas viaturas por causa desta situação, inclusive pneus novos que se estragaram e a seu ver, é neste local, na Assembleia da Câmara que se deve manifestar. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Francisco António, para em defesa da honra, dizendo que se há alguém que tem falado de Santiago de Montalegre tem sido ele e se o Senhor Nicolau for ver as atas da Assembleia verá que o tem feito. -----

Disse que não sabia que o Senhor Nicolau iria estar presente na sessão e que as suas intervenções são preparadas atempadamente e independentemente de quem vem assistir às sessões, não lhe ter ficado nada bem referir que só interveio porque ali estava o munícipe. -----

Interveio o Senhor Presidente da Assembleia referindo que a bem da verdade não foi nada daquilo que ouviu o munícipe dizer. -----

Interveio o Senhor Presidente da Câmara dizendo serem pessoas preocupadas com a sua freguesia e em vários órgãos autárquicos, isso é que é saudável. -----

Em resposta ao munícipe o Senhor Presidente referiu ter toda a razão mas, e volta a dizer, a Câmara não consegue fazer tudo ao mesmo tempo. -----

Existe planeamento, o qual é feito de acordo com a disponibilidade financeira da Autarquia, sendo objetivo do executivo, até ao final do mandato ter estas obras todas feitas. -----

Referiu ainda que os Senhores deputados não precisam de falar nas reuniões sobre matéria que esta em plano de atividades e que o executivo terá e quer cumprir durante este ano. -----

Não havendo mais nada a tratar, foi pelo Senhor Presidente da Mesa, encerrada a sessão, eram vinte e três horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente ata. -----



O Presidente da Assembleia Municipal \_\_\_\_\_

O Primeiro Secretário \_\_\_\_\_

O Segundo Secretário \_\_\_\_\_